

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: FOTOGRAFIA DE UMA SITUAÇÃO DE TRABALHO

Jurema Rosa Lopes – UNIGRANRIO

juremarosa@ig.com.br

Sabrina de Matos Paes – UNIGRANRIO

sabrinamatos@gmail.com.br

Resumo: A partir das expectativas dos professores na escolarização dos alunos da Educação de Jovens e Adultos analisamos, no Projeto Político Pedagógico da Escola Barro Branco da Rede Municipal de Duque de Caxias/RJ, as categorias tempo e trabalho. Tomamos para nossa análise o tempo na perspectiva de Elias (1996) como regulação da conduta e sensibilidade humana e o trabalho, conforme Schwartz (1998) como atividade humana que envolve julgamentos e escolhas. A análise mostra como a escola tem conquistado seu espaço de escola pública de caráter popular.

Palavras-chave : tempo; trabalho; projeto político-pedagógico

INTRODUÇÃO

A presente reflexão é parte da pesquisa intitulada “*Expectativas de escolarização dos professores da Educação de Jovens e Adultos e suas repercussões na prática educativa*”. Nossa reflexão se inscreve na área de estudo sobre a Educação de Jovens e Adultos e questionamos em que medida as expectativas dos educadores, podem influenciar no processo de construção de conhecimento e de transformação da realidade, e de que forma essas expectativas presentes no Projeto Político Pedagógico, contribuem para uma prática educativa que permita aos educandos se tornarem sujeitos produtivos.

As expectativas dos professores nos remetem a um tempo futuro e a prática pedagógica dos professores nos remete a uma situação de trabalho. Sendo assim buscamos analisar as categorias tempo, trabalho e no bojo dessas categorias, a construção de conhecimento presentes no Projeto Político Pedagógico da Escola Barro Branco da Rede Municipal, localizada no 3º Distrito de Duque de Caxias – RJ. A escola atende alunos da Educação Infantil ao Ensino Fundamental, nas modalidades de EJA e de Educação Especial.

Entendemos o trabalho como atividade humana fundada na presença do ser vivo na condição de trabalhador, assim tomamos para análise, sob o nosso olhar, o Projeto Político Pedagógico da escola, que ora associamos a uma fotografia. Pensamos que o documento analisado, tal como uma fotografia está relacionado a uma cena, a pessoas, a uma situação, a um lugar singular. Ele, enquanto documento, nos remete a uma imagem fixa, estática que não revela a complexidade das atividades de um coletivo de trabalho num determinado tempo e espaço, mas revela uma marca deixada por um referencial, é singular e atesta a existência do que ele nos permite ver. Dessa forma a análise do Projeto Político Pedagógico vai sendo tecida como na fotografia através do olhar dos pesquisadores, em suas atividades de trabalho. Ressaltamos que a atividade de trabalho real dos trabalhadores/pesquisadores, bem como sua formação, é atividade de renormalização - de seus conhecimentos e valores – dos modelos sobre trabalho e formação que são constitutivos de seu corpus de conhecimento. A

renormalização no sentido de Schwartz (1998) se efetiva no embate entre as normas antecedentes e a atividade real de trabalho.

REPENSAR A CONCEPÇÃO DE TRABALHO

Schwartz (1996) destaca que o trabalho, numa abordagem histórico/antropológica, é observado em si e por si mesmo como atividade do homem que envolve valores, julgamentos e escolhas. Acrescenta que os julgamentos que os grupos sociais podem fazer sobre a atividade de trabalho não podem escapar de uma instabilidade fundamental sobre as representações do trabalho, acrescidas das formas concretas inerentes ao trabalho. Isso porque nenhuma forma de trabalho jamais eliminou as outras, uma vez que outras formas coexistem com ela, e porque também nenhuma forma é independente das formas precedentes.

O que quer dizer que múltiplos elementos de patrimônio de habilidades, de relações sociais, de dimensão coletiva do trabalho sobrevive e se transformam, de uma idade a outra [...] assim nem o capitalismo nem a revolução neolítica “inventaram” o trabalho.(SCHWARTZ,1996,P.109-122).

Acrescenta o mesmo autor que a complexidade em conceituar o trabalho, fundamenta-se no fato da atividade de trabalho referir-se à atividade humana, ou seja, o trabalho funda-se na manifestação da presença do ser vivo humano na condição de trabalhador. Schwartz (1998) ao conceituar o trabalho, considera como ponto de partida a atividade real do trabalhador ancorada na relação dialética vida-história. Desse modo, há de se considerar o enigma da vida presente em todos os atos de trabalho da humanidade e a história que faz prevalecer à lei das diferenças através da especificidade da criação humana, como fabricação de micro-descontinuidades. O trabalho é observado em si e por si mesmo como atividade criadora do homem, envolvendo valores, julgamentos e escolhas. As situações de trabalho são relações sociais em processo dialético em que sempre há três aspectos: o primeiro, refere-se à confrontação entre o trabalho prescrito e o trabalho real, o segundo se refere ao trabalho como “uso de si por si” e o terceiro refere-se ao coletivo de trabalho.

Em relação ao trabalho, conforme Schwartz (1998) o primeiro aspecto refere-se à confrontação entre o trabalho prescrito e o trabalho real - ou seja, entre as normas antecedentes que são antecipadas no sentido de um patrimônio socialmente partilhado, transmitido e a ordem da gestão singular, ou seja, a dimensão histórica inscrita em todo ato de trabalho.

Mas, o que são normas antecedentes? As normas antecedentes se constituem de formas cristalizadas, codificadas e autorizadas e igualmente, se constituem de habilidades de inteligências e de experiências coletivas. Elas estão presentes em formas específicas, em todos os níveis sociais, do micro ao macro e cada indivíduo se relaciona com elas de maneira diferenciada. Ainda precisamos considerar as normas prescritas pelo próprio indivíduo ou grupo a si mesmo que também antecipam o real. Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico da Escola Barro Branco é norma antecedente que integra um misto de conhecimentos

transformados em patrimônios, normas de funcionamento oriundas das estratégias de governo do trabalho integrando relações de poder.

O Projeto, para o coletivo de trabalhadores é norma antecedente que, por ser autoprescrição, revela uma forma de prescrição da autonomia relativa dos sujeitos. A engenhosidade dos trabalhadores, ao reconfigurarem as formas aceitáveis de uso deles mesmos na conquista ou reconquista tecida em comum entre o formal e o informal, coloca os saberes advindos das normas antecedentes como não suficientes para anteciparem questões, isso porque as situações com os quais o trabalho confronta, comportam um lado que obriga a reavaliar, redistribuir ou (re) construir os conhecimentos adquiridos.

A atividade de trabalho real do trabalhador bem como sua formação é atividade de renormalização das normas antecedentes - de seus conhecimentos e valores – dos modelos sobre trabalho e formação que são constitutivos de seu corpus de conhecimento. A singularidade da atividade de trabalho e da formação do trabalhador é história, registra os elementos variáveis de toda atividade de trabalho, ou seja, sua não repetição integral, essa renormalização em relação às normas antecedentes, marca de modo permanente toda atividade humana.

A tensão permanente entre as normas antecedentes e a singularidade da atividade de trabalho e a renormalização que é a negociação local entre as normas impostas e normas propostas, conduz-nos ao segundo aspecto da relação de trabalho que conforme Schwartz (1998), refere-se ao trabalho como “uso de si por si” e “uso de si por outro”, ou seja, à atividade humana socializada que inclui o sentido de que o trabalho é uso de si por si mesmo e no mesmo instante uso de si por outro.

Mas, o que é o *si*? O *si* é a própria manifestação do ser vivo humano. O *si* é a história da vida, é a história dos encontros sempre renováveis. O *si* constitui-se em testemunho de seus equívocos e de suas próprias transformações no contexto de sua história. Portanto, o *uso de si* refere-se ao envolvimento que cada trabalhador confere a sua situação de trabalho nas diferentes dimensões (física, psicológica, intelectual, emocional, ética, estética, política, histórica etc). Na análise da situação de trabalho no campo educacional a categoria *uso de si* possibilita a ampliação do olhar investigativo sobre a especificidade da atividade pedagógica no processo do coletivo de trabalho

O terceiro aspecto refere-se ao coletivo de trabalho que jamais se define *a priori*. O coletivo de trabalho se apóia e se constitui no percurso de cada um e só existe nas dimensões individuais renormalizadas, ao mesmo tempo. Esse coletivo de trabalho que tem duração singular e se altera constantemente, se constitui pelo conjunto de valores individuais e coletivos presentes em cada situação de trabalho. Schwartz (1998) salienta que o coletivo de trabalho está em permanente transformação devido à circularidade dos indivíduos, que trazem consigo sua história de vida, que convergem ou não com os valores e práticas oriundas destes na configuração da situação de trabalho.

Como acrescenta Schwartz (1996) a análise das formas históricas sobre a divisão do trabalho e sobre a cooperação não é nova. Ela está presente desde os pensadores da antiguidade a Adam Smith e em Marx. No Brasil, desde da década de 80, o trabalho coletivo vem sendo discutido entre os trabalhadores da escola junto com a discussão da gestão democrática. Ambos são apresentados como norma antecedente pelos sistemas de ensino. O trabalho coletivo, tido como possível solução dos problemas escolares, é desconsiderado

historicamente, em outras formas prescritas de gestão escolar. O coletivo, nesse sentido, é compreendido de forma única, perceptível e com contornos nítidos. Ele não é a expressão da historicidade do meio que se reconfigura sempre. Schwartz (1996) ao discutir a dimensão coletiva do trabalho aponta que este é sempre lugar de confrontação entre a ordem das normas que se impõe aos trabalhadores e a ordem da gestão singular no interior da atividade de trabalho. A ordem da gestão singular é o núcleo de transformação das normas antecedentes e, portanto, lugar de reencontros, de histórias individuais e coletiva.

É importante ressaltar que o coletivo de trabalho se movimenta apoiado nas normas gestionárias – econômicas, políticas, e que essas transcendem os limites das transformações locais, como também não desconsideramos que essas transformações, geridas por normas estabelecidas pelos trabalhadores, podem ser núcleos das transformações mais gerais da sociedade. Há, portanto, uma interdependência e interpenetração entre as transformações gerais e locais, possíveis porque se realizam através da atividade do ser humano.

REFLEXÕES SOBRE O TEMPO

O tempo é outra categoria de análise do presente estudo. Buscamos em Elias (1998) a discussão sobre *tempo*, que é concebido como síntese das funções de orientação, regulação de conduta e sensibilidade humana, materializadas em seqüências observáveis de acontecimentos, em meio dos quais os homens vivem e fazem parte ou seja, o tempo se desenvolve em relação a determinadas intenções e as tarefas específicas dos homens.

Ancorado na relação dialética vida-história, tal como destacado por Schwartz (1998) em relação ao trabalho, o tempo na perspectiva de Elias nos possibilita a compreensão dessa relação em se tratando do ser vivo humanos uma vez que a passagem do tempo refere-se ao curso de vida de cada um. Nessa perspectiva destacamos o tempo como aspecto comum à vida dos seres humanos. Também o tempo gera realidades particulares, especificamente sociais, o que demarca as diferenças nas seqüências observáveis de acontecimentos.

Ainda Elias (1998) nos alerta em relação aos símbolos sociais destacando que o tempo é um deles. Esses símbolos sociais ao atingirem um grau de adequação à realidade tornam-se difícil de distingui-los dessa mesma realidade, como no caso dos símbolos cronológicos, os calendários. Esta incapacidade de separar, o tempo enquanto um símbolo social da realidade gera confusões no sentido dos sujeitos perceberem as seqüências de acontecimentos que balizam a sua própria vida da relação construída pela civilização entre essas seqüências e aquelas em que repousam os calendários, tal como destaca Elias (1998, p.108).

Li certa vez, a história de um grupo de pessoas que subia cada vez mais alto pelo interior de uma torre desconhecida e muita elevada. Os da primeira geração chegaram até o quinto andar, os da segunda, até o sétimo, os da terceira, até o décimo. No correr do tempo, seus descendentes atingiram o centésimo andar. Foi então que a escada desmoronou. As pessoas se instalaram no centésimo andar. Com o passar do tempo, esqueceram-se de que um dia seus ancestrais haviam habitado os andares inferiores, e também a maneira como elas mesmas haviam chegado ao centésimo andar. Passaram a considerar o mundo, bem como a si mesmas, a partir da perspectiva do centésimo andar, ignorando como os seres humanos haviam chegado ali.

Dessa forma a passagem do tempo refere-se ao curso da vida dos seres humanos e possivelmente, como destaca Elias, as transformações da natureza e da sociedade. O tempo se

movimenta num fluxo contínuo de acontecimentos em meio dos quais os seres humanos vivem e trabalham, apoiado nas normas gestonárias – econômicas, políticas, tal como podemos observar no fluxo do tempo em relação às novas tecnologias e a nova organização do trabalho

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: FOTOGRAFIA DA ESCOLA MUNICIPAL BARRO BRANCO

Sabemos que no sentido etimológico, o termo projeto vem do latim *projectu*, que significa lançar para diante, para o futuro com base no que se tem no presente. Em função do tempo, a provisoriedade de um projeto no presente, nos parece breve e instável, isto porque o presente fica situado numa posição intermediária entre o passado e o futuro. O projeto lança à frente, para o futuro, idéias a serem transformadas em ações. Significa uma intenção, uma proposta de ação a ser concretizada.

Os conceitos “passado”, “presente” e “futuro” segundo Elias (1996), expressam a relação que se estabelece entre uma série de mudanças e experiências que uma pessoa ou grupo tem delas. O ritmo de mudanças na escola é freqüente, entre tantas mudanças destacamos o movimento dos alunos que chegam à escola e com eles suas histórias e de suas famílias, o movimento dos professores e demais funcionários que circulam entre as escolas e com eles a herança de outros coletivos que se fundem permanentemente em um novo coletivo. As linhas de demarcação entre passado, presente e futuro modificam-se porque os próprios sujeitos para quem um dado acontecimento é passado, presente ou futuro se transformam, ou são substituídos por outros.

Como nos referimos anteriormente, o Projeto Político Pedagógico como uma fotografia nos remete a uma imagem fixa, estática que não revela a complexidade das atividades de um coletivo de trabalho num determinado tempo e espaço. Contudo há de se considerar que a presente análise do Projeto, enquanto atividade de trabalho dos pesquisadores que no uso de si por si mesmo, faz julgamentos e escolhas, remete-nos ao contexto em que um coletivo de trabalho através do processo de pensar e repensar efetivou a construção do Projeto Político Pedagógico da Escola Barro Branco. Isso porque a atividade de trabalho do ser vivo humano se faz mediante valores, o que lhe confere um caráter de enigma geral das situações de trabalho. Esse caráter está no centro dessas situações e as particulariza.

Assim conforme o histórico presente no Projeto Político Pedagógico, a Escola Barro Branco surgiu na década de 80, mais precisamente no ano de 1987, momento em que na sociedade brasileira havia grandes demandas pela cidadania, entre tantas destacamos a educação que se manifestava em reivindicações pelo ensino noturno e por escolas profissionalizantes. É em meio a esse contexto que a comunidade juntamente com a associação de moradores se organiza e começa a lutar por uma escola pública na localidade. A experiência acumulada pela comunidade em suas vivências passadas, como opressão, negação de direitos, entre outras são resgatadas no coletivo do grupo de forma a fornecer elementos para a leitura do presente para a construção do futuro. Diante desse movimento de luta pela comunidade, com estratégias para a obtenção de uma escola pública, por ser um direito social, a Prefeitura de Duque de Caxias encampou uma escola particular, praticamente fechada, reformou-a e ampliou o espaço físico, a partir da luta da comunidade.

A escola foi se constituindo como referência de espaço público através do coletivo de trabalho quando foi elaborado o Plano Geral da Escola que já trazia em seu bojo metas e ações prioritárias. Em 1999, da necessidade de revisão do Plano Geral da Escola, com participação da comunidade e acompanhando as discussões nacionais foi efetivado o Projeto Político Pedagógico da escola.

Uma das metas presentes no Projeto Político Pedagógico é a construção da cidadania de toda a comunidade escolar. Sabemos que a educação ocupa lugar central na concepção coletiva de cidadania isto porque, a cidadania se constrói no processo de luta cotidiana através do processo de identidade político-cultural que as lutas geram..

A construção da cidadania de toda comunidade escolar foi à meta que motivou, em 2003, a criação do Ensino Regular Noturno, diante da constatação de que havia um número significativo de pais e/ou responsáveis analfabetos e/ou subescolarizados. Num primeiro momento as vagas foram destinadas, preferencialmente, aos familiares de alunos já matriculados na escola. Atualmente as vagas são estendidas a toda comunidade. Hoje a escola conta com três turmas no noturno (Alfabetização, Ciclo I, Ciclo II).

Em relação à categoria trabalho, identificamos que uma das metas presentes no Projeto Político Pedagógico é: “*o aperfeiçoamento do trabalho educativo*”. Entendemos o trabalho como atividade criadora do homem , envolvendo valores, julgamentos e escolhas. Destacamos o fato do coletivo da escola perceber o espaço em que vive e trabalha como espaço de construção do conhecimento. O conhecimento ao qual nos referimos na situação de trabalho na escola, não é restrito à relação professor-aluno em sala de aula ou registrado conforme as normas antecedentes da escola. O ritmo e a forma de comprovação do conhecimento adquirido, segundo as normas antecedentes, que regem as “unidades escolares” são diferentes do ritmo, tempo e forma de construção do conhecimento, que se efetiva na atividade de cada indivíduo, nas singularidades das situações de trabalho. Referimo-nos ao processo de renormalização, defendida por Schwartz (2000), com ritmo e tempo singulares próprios de cada indivíduo e do coletivo. Subjaz nesse conhecimento, singular e coletivo, o potencial de transformação local e geral, conforme os eixos norteadores da meta destacada:

Aprofundamento dos estudos e debates em torno da construção da opção curricular da escola; continuidade da construção e fortalecimento da proposta pedagógica da Sala de Solicitação de Aprendizagem, que visa o acompanhamento dos alunos com dificuldades de aprendizagem; necessidade de um maior tempo para planejamento, melhores condições de atuar, intervir e o aprofundamento das discussões acerca do processo de inclusão, com qualidade, dos alunos com necessidades especiais. (P.P.P.2007, p.14)

Não desconsideramos que o Projeto Político Pedagógico da Escola Barro Branco caracteriza-se como uma norma antecedente proposta por um coletivo de trabalho e como norma constitui-se de forma cristalizada, codificada, autorizada e de habilidades de inteligências e de experiências do coletivo. Entendemos o coletivo como expressão do meio que se reconfigura sempre. O coletivo é singular e essa duração singular nos ajuda a compreender, a história de cada situação de trabalho e a pensar no processo que se constitui e reconstitui com o movimento das pessoas na escola.

Também não temos como desconsiderar que o coletivo de trabalho se movimenta apoiado nas normas gestionárias – econômicas, políticas, e que essas transcendem os limites das transformações locais, como também não desconsideramos que essas transformações,

geridas por normas estabelecidas pelo coletivo, podem ser núcleos das transformações mais gerais da sociedade.

Na categoria tempo, identificamos no Projeto Político Pedagógico que o coletivo de trabalho da escola reconhece “*os alunos como seres sociais, cidadãos que não necessitam ser formados para um futuro distante, mas, reconhecidos e respeitados no presente.*” Tal com destaca Elias (1998), o tempo gera realidade particulares sociais e como síntese das funções de orientação e regulação de conduta e sensibilidade humana. Identificamos no Projeto Político Pedagógico a preocupação com a construção da cidadania da comunidade escolar, *no presente*. A reflexão sobre o tempo situado no fluxo contínuo de acontecimentos nos remete ao “*quando*” que ajuda o coletivo de trabalho a fixar os limites desejáveis para reconhecer os alunos com cidadãos. Em relação aos acontecimentos temporais, Elias (1998) destaca que os conceitos de ‘passado’, ‘presente’ e ‘futuro’, expressam a relação que se estabelece entre uma série de mudanças e a experiência que uma pessoa ou grupo tem dela, ou seja, no fluxo contínuo de acontecimentos, um determinado instante só adquire aspecto de presente em relação ao ser humano que o esteja vivendo, enquanto outros assumem um aspecto de passado ou de futuro. Esclarece Elias que “presente”, “passado” e “futuro” representam a estrutura temporal da seqüência de acontecimentos.

Ainda no Projeto, o coletivo de trabalho destina,quinzenalmente, 01(uma) hora, para os docentes que desenvolvem suas atividades de trabalho junto aos alunos do mesmo ano de escolaridade, realizar seus planejamentos, afim de que haja momentos de troca e reflexão acerca do trabalho produzido. O espaço de tempo ‘quinzenal’, ‘semanal’, ‘mensal’ ou outra referência indica um limite referencial do qual um grupo se serve, para propor inícios e/ou termos em relação ao interior do fluxo de acontecimentos, reconhecidos pelo grupo. É por isso que no Projeto Político Pedagógico o coletivo presente na situação de trabalho propõe o espaço de tempo ‘quinzenal’ para realizar seus planejamentos.

Para o momento, a singularidade da análise do Projeto Político Pedagógico como uma fotografia de uma situação de trabalho não se esgota ou fecha-se nas reflexões que realizamos, não inviabiliza outras análises diferenciadas, divergentes e até contraditórias. Ao contrário, abrem-se outras possibilidades de investigação sobre a situação de trabalho na escola. Isso porque as situações de trabalho reportam-nos a presença de um ser humano- o trabalhador-. Na presente reflexão , tanto o pesquisador quanto o leitor imprimir-lhe-ão outros direcionamentos e, portanto, renormalizações.

O leitor ao renormalizar nossa análise confronta-se com o sugerido por ela e o aqui e o agora no qual está situado. Esse confronto permite-nos apreender a circulação e retrabalho dos valores que se dão na articulação e na interpenetração das dimensões técnicas e não-técnicas, essas últimas imprescindíveis nessa renormalização. Nesse sentido reafirmamos que nas situações de trabalho há sempre o encontro entre conhecimento, experiência e através de renormalizações, construção de conhecimentos.

Nesse sentido ao destacarmos a categoria trabalho apreendemos através da análise do Projeto Político Pedagógico o resultado da pluralidade de experiências passadas e presentes do coletivo de trabalho visando ações futuras. A pluralidade das experiências carregadas de valores interpenetra o projeto enquanto norma antecedente. Concluimos também que a Escola Barro Branco tem conquistado seu espaço de escola pública com caráter popular, uma vez que, visa à formação do sujeito crítico e participativo.

BIBLIOGRAFIA

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro, Zahar Editor, 1994.

_____. **Envolvimento e distanciamento**: estudos sobre sociologia do conhecimento. Trad. Maria Luísa Lisboa. Lisboa, Dom Quixote, 1997.

_____. **Teoria Simbólica**. Trad. Paulo Valverde. Oeiras-Portugal, Celta Editora, 1994.

_____. **Sobre o Tempo**. Trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro, Zahar Editor, 1998.

LEROUX, Philippe. **Quelle photographie du travail? Quel travail photographié? Le Travail Photographie**. Coord. Michel Peroni, Jacques Roux. Paris, CNRS Éditions, Publications de L'Université de Saint-Étienne, 1996.

LOPES, Jurema Rosa. **Situação de trabalho na escola e construção de conhecimentos**. Tese de Doutorado. UNICAMP, Campinas, SP, 2003

ROSA, Maria Inês. **Trabalho, Subjetividade e Poder**. São Paulo, Editora da USP: Letras & Letras, 1994.

_____. **Mudanças no uso de si e testemunhos de trabalhadores**: com estudo crítico da Sociologia Industrial e da Reestruturação Produtiva. Tese de livre-docência. UNICAMP, Campinas, SP, 2002.

SCHWARTZ, Yves. Pensar o trabalho e o seu valor. In: **Idéias**; nº 2, julho/dezembro, 1996, IFCH-UNICAMP, Campinas- SP, (109-122).

_____. **Experience et connaissance du travail**. Paris, Messidor Éditions Sociales, 1998.

_____. De l'inconfort intellectuel ou comment penser as activités humaines? In: **Le paradigme ergologique ou um métier de Philosophie**. Toulouse, Octáres Éditions, 2000

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto **Político Pedagógico da escola**: uma construção possível. Ilma Passos Alencastro Veiga (Org.). Campinas, São Paulo: Papyrus, 1995.